

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 224, DE 2000

Acrescenta § 4º ao art. 236 da
Constituição Federal.

Autores: Deputada ALMERINDA DE
CARVALHO e outros

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

1. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a acrescentar, ao art. 236, da Constituição Federal, o seguinte § 4º:

“Art. 236.....

.....

§ 4º Os cartórios de registro civil de pessoa natural colocarão, em cada maternidade de sua circunscrição, um funcionário para proceder ao registro de nascimento.”

2. Os autores da proposição assim a justificam:

“A proposta que trazemos à apreciação dos ilustres pares tem como escopo básico tornar mais céleres os procedimentos de registro civil e também de fazer com que a gratuidade de registro de nascimento, prevista em lei ordinária, seja realmente efetivada.

A partir do momento em que a criança vir (sic) à luz já terá o seu registro realizado.

Isto fará com que os sumiços, seqüestros, trocas de crianças e outros tantos problemas que envolvem os recém-natos, nas maternidades, sejam minimizados e venham até mesmo a desaparecer.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. Compete à **Comissão de Constituição e Justiça e de Redação** opinar sobre “**admissibilidade** de proposta de emenda à Constituição”, nos termos da alínea **b**, do inciso **III**, do **art. 32**, do Regimento Interno, bem como do **art. 202, caput**, cuidando de verificar se foi apresentada pela **terça parte**, no mínimo, do número de Deputados (**art. 60, I**, da CF e **art. 201, I**, do RI), o que, segundo se afirma nos autos, está atendido.

2. Dispõe o **§ 1º**, do **art. 60**, da Constituição Federal que ela não poderá ser emendada na vigência de **intervenção federal**, de **estado de defesa** ou de **estado de sítio**, circunstâncias essas que por ora não ocorrem.

3. Por outro lado, o **§ 4º** do mesmo **art. 60**, determina que a proposta de emenda à Constituição não será sequer objeto de deliberação se ela visar, **ainda que somente tendente**, abolir a **forma federativa** de Estado (I), o **voto direto, secreto, universal e periódico** (II), a **separação dos Poderes** (III) ou os **direitos e garantias individuais** (IV).

Com relação a tais **cláusulas pétreas**, também nenhuma afronta se verifica.

4. Por tais razões, o voto é pela **admissibilidade** da **PEC nº 224**, de **2000**, na forma, porém, do Substitutivo anexo, que adapta a redação às regras da Lei Complementar nº 95/98.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 224, DE 2000

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Acrescenta § 4º, ao art. 236, da
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica o art. 236 da Constituição Federal acrescido do
seguinte § 4º:

“Art. 236.....

.....

*§ 4º Os cartórios de registro civil de pessoa natural,
procederão, em cada maternidade de sua circunscrição, ao
registro de nascimento nela ocorrido.”*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data
de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator